Mudanças paradigmáticas: a geografia crítica e o momento histórico de seu surgimento

Edimar Eder Batista¹
Rosana Figueiredo Salvi²

Resumo

O conhecimento científico desenvolve-se em meio a uma determinada dinâmica social da qual ele próprio é manifestação. A compreensão do desenvolvimento das ciências, principalmente das ditas ciências humanas, portanto, pressupõe um amplo acompanhamento da evolução das instâncias sociais, econômicas, políticas e culturais sobre as quais sustentam-se as sociedades humanas. As sociedades como um todo e estas suas instâncias de análise estruturam-se, modificam-se, desenvolvem-se no espaço e no tempo. Este trabalho inscreve-se no âmbito da compreensão do desenvolvimento da ciência geográfica, inserindo-a num acompanhamento da dinâmica social da qual ela emerge, buscando identificar também as influências que as concepções e valorações científicas do tempo e do espaço exerceram na evolução do conhecimento geográfico. A fase analisada é a do surgimento da geografia crítica, tanto em nível mundial como brasileiro, cujo método pauta-se na interpretação materialista histórico-dialética do mundo. Buscamos considerar a reafirmação que o conceito de espaço, de espaço geográfico, teve como instrumento de análise dentro deste novo paradigma geográfico, bem como salientar as transformações advindas do surgimento desta nova forma de pensar a geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia, Espaço, Ciência, materialismo histórico e dialético

PARADIGMED CHANGES: THE CRITICAL GEOGRAPHY AND THE HISTORICAL MOMENT OF THIS MANIFESTATION

Abstract

The scientific knowledge developed in a certain social dynamics that them own it is manifestation. The understanding of the development of the sciences, mainly the human sciences presupposes a wide accompaniment of the evolution of the social, economic, politics and cultural instances, on which the human societies are sustained. The societies as a whole and its analysis instances, they are structured, they modify, they are developed in the space and in the time. This research enrolls in the ambit of the understanding of the development of the geographical science, inserting it in an accompaniment of the social dynamics of which it emerges, looking to identify the influences that the conceptions and scientific values of the time and of the space they exercised in the evolution of the geography. The analyzed phase is the appearance of the critical geography, in the Brazilian and the world, whose method based in the interpretation materialistic-dialectic of the world and in the approach of the scientific implications that the preponderance of the time and of the historical had in detriment of the space, of the geographical, in the scientific course. We looked to consider the ratification that the space concept, the geographical space, had as analysis instrument inside of this new geographical paradigm denominated critical geography, as well as, to point out the transformations coming of the appearance this new way of thinking the geography.

KEY-WORDS: Geography, Space, Science

INTRODUÇÃO

Estudar a evolução de uma determinada ciência implica uma abordagem abrangente que possa interpretar esta manifestação como parte de um amplo e complexo desenvolvimento da Ciência como um todo.

Compreender o surgimento da geografia crítica e a re-interpretação e re-afirmação que o espaço adquire nesta ciência e no corpo da teoria social pressupõe, não um, mas vários estudos, como múltiplas formas de apreensão.

¹ Estudante de graduação – Geografia – Bolsista UEL - E-mail: edieba@bol.com.br

² Orientadora - Professora Adjunta do Departamento de Geociências - UEL - E-mail: salvi@uel.br

Sem a pretensão de elaborar, portanto, uma análise do pensamento geográfico que contemple este momento em todas as suas nuances, pretende-se contribuir para a reflexão sobre a relação dialética de interpretar e re-interpretar a realidade, buscando um caminho próprio de entendimento da construção do conhecimento.

A estruturação do texto permite ao leitor verificar alguns aspectos da evolução da geografia, desde os gregos até a segunda metade do século XX. Esta evolução corresponde aos diferentes momentos de teorização pelos quais passou esta ciência e estes momentos serão analisados em conjunto neste trabalho, considerando fundamentalmente a interpretação filosófica do materialismo histórico e dialético vinculado à vertente crítica da geografia.

ALGUNS ASPECTOS DA EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA

A geografia é um saber vivido e aprendido pela própria vivência. Um saber que nos põe em contato direto com nosso mundo exterior, com o seu todo e com cada um de seus elementos, a um só tempo. Se nisto reside sua peculiaridade, da qual deriva sua natural popularidade, reside nisto igualmente seu amplo significado político. (MOREIRA, 1985, p. 58)

Esta concepção de geografia, vivenciada e construída no cotidiano, é bem diferente das concepções de geografia elaboradas durante o seu surgimento enquanto conhecimento científico. Procuraremos tecer algumas considerações acerca do momento em que emerge esta nova maneira de se pensar a geografia.

Sodré (1989) afirma que a geografia nasceu com as primeiras comunidades gentílicas, sendo atribuído aos gregos o pioneirismo em registrar de forma sistemática os conhecimentos geográficos. Moreira vai mais além e conclui que “[...] a Geografia nasceu entre os gregos, junto com o nascimento da filosofia, da história, do teatro [...]” (Ibid, p. 15) argumentando que, desse modo, a geografia evoluiu a partir de duas vertentes: de um lado as lutas democráticas que se desenrolaram nas cidades gregas e, de outro lado, os interesses dos mercadores que impuseram aos gregos uma talassocracia.

Da primeira sobram vestígios, dispersos nas obras que brotam das lutas democráticas e vêm as soluções dos problemas do homem como ato político, coletivo e totalizante [...]. Da segunda sobram registros igualmente abundantes, sobretudo na forma de relatos dos povos, terras e mapas, feitos para servir ao comércio e ao Estado. (Ibid, p. 16)

No emaranhado de misticismo que norteou a Antigüidade, Sodré constata que os possíveis conhecimentos geográficos estavam condicionados às concepções que os antigos tinham do mundo e do grau de desenvolvimento social por eles atingido, e que não “[...] havia geografia. E geógrafos conseqüentemente. Havia filósofos, historiadores, cientistas que se referiam, secundariamente, a aspectos geográficos.” (SODRÉ, 1989, p. 19)

Por estas duas interpretações semelhantes, mas no fundo distintas, percebe-se que os estudos relacionados à história das ciências podem percorrer vários caminhos. E, quanto mais a ciência evolui, mais controvérsias são despertadas. A reflexão sobre a evolução da ciência e sobre o fazer ciência parece-nos, nesta conjuntura, fundamental.

Abordando os séculos XVIII e XIX e o nascimento das ciências modernas, em relação aos precursores da geografia, Sodré diz que ao “[...] estabelecer as relações dos fenômenos ou processos de que tais observações eram meros sinais e manifestações, Humboldt começou a fazer geografia” (Ibid, p. 32). É importante ressaltar que se esta geografia realizada por Humboldt fosse analisada com base nas idéias de Moreira, expostas anteriormente, a mesma poderia ser interpretada como estando agregada com a vertente que interpreta o desenvolvimento da geografia sempre vinculada aos interesses do Estado. Segundo ainda Moreira, essa foi a vertente escolhida para desfrutar da cientificidade, pois:

A geografia que se irá desenvolver será a que veremos servindo ao Estado, concebida como relatos e mapas, e assim passará para a história como a geografia. A geografia concebida como práxis democrática e transformadora ficará sufocada nos interstícios da forma oficializada. (MOREIRA, 1985, p. 17)

Lacoste também argumenta que a “[...] geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares.” (LACOSTE, 1997, p. 23)

Um pouco de conhecimento histórico permite-nos fazer algumas analogias. O momento histórico em que se formam as ditas ciências oficiais e, entre elas, a geografia, é caracterizado pela estruturação e consolidação do modo capitalista de produção e, portanto, de sua classe social dominante, a burguesia. A formação dos primeiros Estados Nacionais europeus está intimamente ligada com a consolidação desta classe social e do sistema capitalista, sendo o Estado Nacional um dos principais meios dos quais ela, a burguesia, lançou mão para atingir seus intentos. Assim, pode-se considerar a ciência moderna, em seus moldes oficiais, como uma criação burguesa. “Nascida não durante o desenvolvimento, mas no decorrer do triunfo da burguesia, a geografia foi no início tanto uma filosofia como uma ciência” (Dresh, apud SANTOS, 1986, p. 13)

Aquela geografia das lutas democráticas que pretendia solucionar os problemas dos homens não entrou neste “clube de cientificidade burguês”. Lacoste (1997, p. 26) considera que na escala oficial existem duas geografias: uma, que aborda o espaço terrestre por meio de análises estreitamente ligadas a práticas políticas, militares e financeiras, a chamada “geografia dos estados maiores”; e outra, considerada como a “geografia dos professores”, cuja incumbência é reproduzir um tipo de conhecimento dado como desinteressante, já que se mostra distante não vinculado às atividades humanas. Essa geografia seria ensinada sem questionamentos e de forma submissa.

Como afirma Lacoste (1997, p. 25):

Na verdade, a função ideológica essencial do discurso da geografia escolar e universitária foi, sobretudo, a de mascarar por procedimentos que não são evidentes, a utilidade prática da análise do espaço, sobretudo para a condução da guerra, como ainda para a organização do Estado e prática do poder. É, sobretudo, quando ele aparece inútil que o discurso geográfico exerce a função mistificadora mais eficaz, pois a crítica de seus objetivos neutros e inocentes parece supérflua.

A perpetuação desta forma institucionalizada de transmissão de conhecimentos geográficos, que restringia a reflexão teórica, foi de vital importância para a propagação de ideologias, entre as quais destacamos aquela denominada de “determinismo geográfico”.

O DETERMINISMO GEOGRÁFICO

A geografia ficará marcada por muito tempo pelo estigma do determinismo geográfico. Contudo, as abordagens sobre este tema enfocam predominantemente a crítica a este modo de pensar a geografia, ou ainda, a relação entre homem e meio, não explorando mais a fundo as condições históricas e sociais em que estas idéias nasceram e se propagaram. Análises mais perspicazes sobre o tema seriam muito importantes, pois trariam a tona alguns esclarecimentos acerca da constituição da geografia. Limitamo-nos a abordar alguns aspectos da questão.

As ligações entre o determinismo ratzeliano e o momento histórico vivido pela Europa – em especial pela Alemanha, quando da gênese da “antropogeografia” e suas ligações com o desenvolvimento científico geral, com as descobertas de Darwin e com a questão do espaço, que despertava premente - são alvo de maiores discussões. No entanto, as origens mais remotas deste determinismo são pouco estudadas. Deve-se ter em mente que:

Esses adeptos do determinismo geográfico escreveram antes da Geografia se constituir em disciplina autônoma, ou no alvorecer de sua autonomia. Na maior parte, nem eram dados a estudos que pudessem ser considerados de natureza geográfica. Eram filósofos, médicos, historiadores, literatos. (SODRÉ, 1989, p. 48)

Ou seja, o determinismo climático e posteriormente o geográfico já existiam na Antigüidade, entre os gregos. Avaliar o determinismo ratzeliano e o grego, por exemplo, utilizando os mesmos critérios de análise, parece-nos uma insensatez. Marx (apud QUAINI, 1979), em sua análise das sociedades percebia estas diferenças, ao compreender que em todas as formas de sociedade, ou de comunidade, em que domina a propriedade fundi-

ária (forma oriental, forma antiga ou greco-romana e forma germânica) a relação com a natureza é predominante, e que, diferentemente, naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, produzido historicamente. Plékhanov (apud SODRÉ, 1989 p. 45) afirma que:

A influência do meio geográfico no homem social representa qualidade variável. A evolução das forças produtivas, condicionada pelas propriedades deste meio aumenta o poder do homem sobre a natureza e, por isso mesmo, gera uma relação nova entre o homem e o meio geográfico ambiente.

Para exemplificar a importância do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais nesta interação homem e natureza, utilizamos as palavras do próprio Marx (apud QUAINI, 1979, p. 79, grifo nosso):

Suponhamos que um destes cortadores de pão da Ásia oriental necessita de doze horas de trabalho por semana para satisfazer todas as suas necessidades. O que o favor da natureza lhe dará diretamente, é muito tempo livre. Para que ele use este tempo livre de modo produtivo para si é necessário toda uma série de circunstâncias históricas, para fazer com que ele o use em trabalho excedente para pessoas estranhas é necessário uma coação externa. Se fosse introduzida a produção capitalista, nosso homem talvez devesse trabalhar seis dias por semana, para se apropriar ele próprio do produto de um dia de trabalho. A prodigalidade da natureza não explica porque agora ele trabalha seis dias por semana, ou seja, porque fornece cinco dias de trabalho excedente.

Em relação ao determinismo geográfico, em razão do que foi exposto, conclui-se que:

Não se deve recriminar o determinismo pelo fato de descrever à submissão do homem à natureza, mas porque, não vendo a especificidade histórica e social desta dominação, a mistifica, interpretando-a como natural e biológica quando na verdade, é somente social e historicamente determinada. (QUAINI, 1983, p. 47).

A NOVA RELAÇÃO HOMEM-MEIO E A CRISE

Contrapondo-se ao determinismo geográfico de Ratzel, sem prescindir de enfoques deterministas contudo, desenvolveu-se na França uma nova maneira de se pensar a geografia, chamada possibilismo, por expressar uma possibilidade do homem em atuar sobre a natureza, que ainda exercia grande influência sobre este.

Esta concepção não deixa de representar uma evolução em relação ao determinismo geográfico, mas ainda conserva fortes ligações com os interesses capitalistas em ascensão. As concepções de gênero de vida e a ênfase dada ao estudo da paisagem, da região, expressam duas necessidades do capital:

- a necessidade de continuar justificando a dominação e a exploração de outros povos pelos europeus, que eram civilizados, dotados da razão, que inventaram o conhecimento científico etc;

- a necessidade de conhecer melhor as particularidades dos espaços a serem incorporados pelo capital, que se dava por meio dos estudos regionais, amplamente difundidos pela geografia oficial francesa.

Aquela geografia construída no cotidiano, por todos, e pensada em nível científico para todos, segundo os interesses das maiorias, não encontrava brechas para se desenvolver, para se fazer ouvir em meio à oficialidade científica representada pelo saber institucionalizado nas universidades. Essa era a geografia que Reclus procurou realizar na França em pleno vigor do possibilismo, tratando de política e do espaço urbano. Mas nas universidades o que se propagavam eram velhas idéias e concepções enquanto a reflexão teórico-metodológica era ínfima, pois não se questionava o modelo de construção teórico-científico de nossa disciplina.

Assim, havia apenas um modo oficial de se fazer ciência. Quem não se enquadrasse neste modo, independentemente de seu procedimento teórico-metodológico e de seu objeto de estudo, não estaria fazendo ciência. A este respeito, se um determinado conhecimento geográfico é ou não científico, se a geografia é ou não uma ciência, Lacoste assim se expressa: “a questão não é essencial desde que se tome a consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que

é a geografia, é um saber estratégico, um poder.” (1997, p. 23, grifo nosso)

Os problemas sociais gerados pela intensificação das relações sociais capitalistas e as crises estruturais deste modo de produção ressoaram também nas ciências, despertando reflexões, reinterpretações e uma autocrítica em relação ao papel desempenhado pelo conhecimento científico, principalmente das ciências humanas ou sociais, na sociedade. Em se tratando da geografia, que como afirma Lacoste deveria se dedicar ao estudo do espaço, o questionamento foi se esta, enquanto ciência que estuda o espaço, estava realmente analisando-o em sua organização, sua construção e sua utilização, ou se estava ainda efetuando descrições e tecendo meros comentários.

Até então, seja com o determinismo ou com o possibilismo, o papel da geografia, que era o de estudar as relações entre o homem e o seu meio natural, não se havia cumprido. O que se verifica nos estudos geográficos é que na relação do homem com a natureza a predominância da última aparece sempre em relação ao homem, não se considerando a dominação cada vez mais intensa da natureza pelo homem, segundo seus interesses. Talvez isso ocorresse porque as ciências sociais como um todo, ainda não tivessem desenvolvido um instrumental teórico capaz de compreender as sociedades humanas em suas contradições. Esta situação se alteraria com a introdução do materialismo histórico-dialético, como forma de interpretar a realidade, nas academias.

O MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

No que diz respeito à crise do conhecimento geográfico, discutido anteriormente em seus principais traços, Quaini é categórico ao afirmar:

Acredito que a única solução desta antinomia consiste em sair fora dela radicalmente mediante o materialismo histórico, enquanto teoria científica que supera a dissociação entre natureza e história, considerando simultaneamente a relação do homem com o homem. Pois um método que seja bem claro não admite - embora adversários e mesmo seguidores do marxismo tenham querido sustentá-lo - nem o determinismo natural, nem o

determinismo econômico: não admite, em outras palavras, nenhuma “base”, quer seja natural, quer seja econômica, como esfera que antecede a mediação inter-humana. (1979, p. 22-23)

Mas, o que é e como surgiu este materialismo histórico? Para Malagodi (1988, p.16), o materialismo é o resultado de sucessivas transformações sócio-políticas e também do grande desenvolvimento social e econômico que constituíram a revolução burguesa. Politzer (1970, P. 108) afirma que:

O materialismo é fruto de um vasto, período de transformações ocorridas na Europa Ocidental a partir do Século XV, denominado revolução burguesa. O sentido próprio, o sentido exato da palavra materialismo é o sentido filosófico. Nesse sentido, o materialismo é uma concepção do mundo, isto é, certa maneira de compreender e de interpretar, partindo de princípios definidos, os fenômenos da natureza e, conseqüentemente, também os da vida social. [...] em resumo, é aquilo que se denomina teoria. (POLITZER, 1970, p. 108)

Pode-se dizer que o materialismo consiste em considerar o mundo tal como ele é, sem nada lhe acrescentar de estranho. O materialismo filosófico marxista, que é a evolução das manifestações prévias de materialismo, possui três características principais que o distingue de outras orientações filosóficas, que são:

- o mundo é, por natureza, material;
- a matéria é o dado primário, e a consciência é um dado secundário, derivado do primeiro;
- o mundo e suas leis são conhecíveis.

O materialismo histórico marxista, esta teoria para compreender a realidade em todas as suas manifestações, precisa de algo que o complemente no estudo da sociedade. Esta lacuna é preenchida pela dialética, pois “[...] ver o mundo em seu desenvolvimento real, nisto consiste o materialismo dialético, sendo a dialética o estudo das leis que explicam o desenvolvimento da sociedade.” (Ibid, p. 21)

A dialética procura explicar o desenvolvimento da sociedade, compreendendo sua dinâmica, sua processualidade. “A dialética considera as coisas e os conceitos no seu encadeamento; suas

relações mútuas, sua ação recíproca e as decorrentes modificações mútuas, seu nascimento, seu desenvolvimento, sua decadência”. (Engels apud POLITZER, 1970, p. 28)

Para compreender seu objeto de estudo em sua dinâmica, seja qual for este objeto de estudo, a dialética possui quatro características principais. Considerando que, em qualquer realidade analisada, no interior desta:

- tudo se relaciona;
- tudo se transforma;
- a mudança qualitativa (as grandes mudanças) são o ápice de pequenas mudanças quantitativas;
- existe a luta dos contrários.

Procuraremos traçar agora como se deu este encontro entre a geografia e o materialismo histórico e dialético de Marx, mas antes expomos as idéias de Quaini (1979, p. 43) que enfoca o aspecto prático e renovador do materialismo. Este diz que:

O materialismo histórico constitui-se, portanto como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como a resolução da filosofia, da história e da filosofia da natureza na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, que, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fisualista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a historicidade da natureza nem a naturalidade da história.

O ENCONTRO DA GEOGRAFIA COM O MARXISMO

A geografia crítica não pode ser confinada nos limites da teoria de Marx. Contudo, a descoberta por parte dos geógrafos de que o materialismo histórico poderia ser de grande valia para o movimento de renovação que se instaurava nos porões da geografia, ao oferecer uma explicação da sociedade em sua totalidade, trouxe consigo grandes alterações que se instalaram no cerne do discurso científico geográfico.

Esta troca de saberes entre geografia e marxismo é muito complexa. Esta complexidade advém de um ponto crucial para se compreender a evolução da geografia e das ciências sociais como um todo, referente à submissão que o espaço teve em relação ao tempo no discurso das ciências sociais. Este fato pode ser constatado com clareza ao perceber-se que somente há algumas décadas, dentro da própria geografia, o espaço (o espaço geográfico) passou a ocupar um lugar central dentro do discurso científico desta disciplina.

Este demasiado historicismo ou a desespecialização do discurso científico, segundo alguns autores, também está presente na obra de Marx. A este respeito, Quaini (1979, p. 51) apoiado em Gambi, assim se referiu:

Marx não é, portanto, um geógrafo (assim como não é um historiador nem um sociólogo), mas no marxismo, assim como existe uma teoria da história e uma análise da sociedade, existe também uma geografia, sempre que por geografia se queira entender principalmente a história da conquista cognoscitiva e da elaboração regional da terra, em função de como veio a se organizar a sociedade.

Com relação a essa discussão, expomos alguns trechos de escritos de Marx que contém o que poderia se chamar de “indícios de geografia.” No primeiro trecho Marx trata da urbanização, assim dizendo: “A história da antigüidade clássica é a história de cidades, mas de cidades baseadas na produção fundiária e na agricultura; [...] a história moderna é urbanização do campo e não como entre os antigos, ruralização da cidade”. (Marx apud QUAINI, 1979, p. 92)

No segundo trecho Marx aborda a grandeza da população e sua densidade deixando transparecer dois conceitos, o de espaço-extensão e o de espaço-movimento, quando diz:

[...] esta densidade é algo relativo. Um país com população relativamente escassa, mas com meios de comunicação desenvolvidos, tem uma população mais densa do que um país mais povoado e com meios de comunicação pouco desenvolvidos; deste modo, os Estados setentrionais da União Americana possuem uma população mais densa do que a Índia. (Marx apud QUAINI, 1979, p. 110)

E no terceiro trecho, aborda a questão ambiental e social do lixo dizendo:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que a produção capitalista acumula em grandes centros, ela acumula de um lado a força motriz histórica da sociedade, por outro lado perturba a troca orgânica entre homem e terra, ou seja, a volta a terra dos elementos constitutivos da terra consumidos pelo homem sob forma de meios alimentares e de vestuário, perturba portanto a eterna condição natural de uma durável fertilidade do solo. (Marx apud QUAINI, 1979, p. 131)

Refletindo um pouco mais sobre essa periferização do espaço na teoria social, podemos entendê-la também como mais um dos frutos da íntima ligação existente entre ciência social e capitalismo (personificado na classe burguesa) sendo o véu histórico que cobre todas as questões espaciais responsáveis muitas vezes pela proliferação das ideologias alienantes que, muitas vezes, ainda hoje, vêm bater à porta da construção científica.

Soja tem uma interpretação muito interessante dessa interação tempo-espaço e de suas conseqüências. Ao analisar as profundas crises e reestruturações do sistema capitalista, principalmente no que diz respeito à segunda metade do século XX, ele defende que uma cultura modificada do tempo e do espaço acompanha a ascensão da nova economia política do capitalismo e relaciona esta dinâmica à seqüência da modernidade, modernização e modernismo. Para Soja a modernização é um processo social,

[...] um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre, primordialmente da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção. (SOJA, 1993, p. 37, grifo nosso)

Sendo a modernidade o momento vivido, o referido autor assim se expressa:

A modernidade, portanto, compõe-se de contexto e conjuntura. Pode ser entendida como a especifici-

dade de se estar vivo, no mundo, num momento e lugar particulares; como um sentimento individual e coletivo vital de contemporaneidade. Como tal, a experiência de modernidade capta uma ampla mescla de sensibilidades, que reflete os sentidos específicos e mutáveis das três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser. Nisso reside sua utilidade especial, como meio de re-situar os debates sobre a história e a geografia na teoria social crítica, e de definir o contexto e a conjuntura da pós-modernidade. (Ibid, p. 34-35, grifo nosso)

“[...] o modernismo é a resposta cultural ideológica, reflexiva e, acrescentaria eu, formadora de teoria, à modernização” (Ibid, p. 39). A história foi a grande privilegiada na análise das mudanças que dialeticamente estimularam os processos de modernização e modernismo e que foram desencadeadas por este processo. Assim, “[...] o espaço foi tratado como o morto, o fino, o não dialético, o imóvel. O tempo ao contrário era a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética”. (Foucault apud SOJA, 1993, p. 17)

A geografia neste contexto sofria as conseqüências de seu desenvolvimento obscuro, atrelado a interesses capitalistas em que o espaço só era lembrado como uma evocação fantasmagórica do determinismo.

A contingência espacial cheirava demais ao ambientalismo errante de um passado embaraçoso e se chocava com a posição conferida à geografia dentro da moderna divisão acadêmica do trabalho, inocentemente descritiva da diferenciação por áreas, mas empenhada na promessa de nunca mais voltar a afirmar nenhuma determinação geográfica do social, pelo menos não ao alcance dos ouvidos das ciências diligentemente sociais. (SOJA, 1993, p. 75)

Assim, a ciência geográfica oficial, realizada dentro das universidades, não tinha “espaço para discutir o espaço”. As novas idéias sobre o espaço, as reflexões que de alguma forma analisavam, mesmo de maneira ainda tímida, a organização espacial, ocorreram fora da geografia, com estudiosos de outras áreas e os daquela geografia subversiva, desenvolvida por geógrafos que estavam fora das academias.

Vários estudiosos, antevendo este “véu anti-espacial da modernidade” e suas implicações, ficaram acuados em meio a esta gigantesca estrutura historicista. Com isso iam avançando e recuando constantemente em suas descobertas acerca do espaço. Um deles, no entanto, manteve-se firme em suas proposições até o fim: Henri Lefebvre.

Sobre Henri Lefebvre, Soja assim se expressa:

Sugiro que este personagem, talvez o menos conhecido e mais mal interpretado dentro as grandes figuras do marxismo do século XX, foi, acima de tudo e de todos, a origem da geografia humana crítica pós-moderna, a fonte primordial do ataque ao historicismo e da reafirmação do espaço na teoria social crítica. Sua constância abriu caminho para uma multiplicidade de outras tentativas de espacialização. (Ibid, p. 54)

Destas tentativas de teorização do espaço e do encontro entre geógrafos e marxistas, no início dos anos setenta, “[...] uma geografia decididamente marxista começou a tomar forma, a partir de uma súbita infusão de teoria e do método marxista ocidental no introvertido gueto intelectual da geografia moderna anglófona”. (Ibid, p. 57)

Essa geografia marxista, como Soja salienta, nasceu de uma mistura de princípios marxistas na teoria geográfica. Não houve troca de conhecimentos, mas sim a adequação dos conceitos e do instrumental teórico geográfico à teoria marxista. “Um a um, os conhecidos temas da geografia moderna foram submetidos à uma análise e uma interpretação marxista.” (Ibid, p. 68)

Esta ligação entre marxismo e geografia foi importante para o progresso desta última, mas a interpretação do espaço ficou sem meios de evoluir, depois de alcançado certo nível de interação com o materialismo histórico. Era preciso, então, alterar a forma como a geografia marxista vinha sendo realizada até então. Era necessário espacializar o marxismo ocidental, inserindo a geografia humana crítica no núcleo interpretativo da tradição marxista ocidental.

Aos poucos passa a constituir-se:

Uma teoria crítica mais flexível e equilibrada que reconheça a leitura da história com a produção

social do espaço, com a construção e a configuração das geografias humanas. Novas possibilidades estão sendo geradas a partir deste entrelaçamento criativo, possibilidades de um materialismo simultaneamente histórico e geográfico; de uma dialética tríplice de espaço, tempo e ser social; e de uma re teorização transformadora das relações entre história, geografia e a modernidade. (Ibid, p. 19, grifo nosso).

Esta nova geografia marxista, pós-moderna, e este materialismo histórico e geográfico só são possíveis, contudo, através de uma desconstrução e reconstrução do marxismo. Para que o espaço possa ocupar o seu lugar de direito dentro da teoria social crítica é necessária uma nova dialética sócio-espacial.

A dialética esta novamente em pauta. Mas, já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel [...]. A dialética de hoje já não se apega a historicidade e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como “tese/antítese/síntese” ou “afirmação/negação/negação da negação” [...] Reconhecer o espaço, reconhecer o que está “acontecendo” ali e para que é usado, é retomar a dialética, a análise revelara as contradições do espaço. (Lefebvre apud SOJA, 1993, p.57)

É importante ressaltar, que, com esta postura, “[...] é o predomínio de um historicismo do pensamento crítico que se questiona, e não a importância da história” (Soja, 1993, p.33).

CONCLUSÕES

A geografia crítica surge num momento de crise paradigmática que desemboca no questionamento da própria ciência. Neste contexto, as mudanças foram expressivas, pois o descontentamento e a crise também o eram.

Fez-se até aqui uma reflexão sobre a evolução da ciência geográfica, enfocando principalmente o momento histórico em que surge a geografia crítica. Avaliar a produção científica desta geografia crítica, bem como se este materialismo simultaneamente histórico e geográfico já esta sendo posto em prática foge ao âmbito deste trabalho. Contu-

do, como já ficou expresso, a constante reflexão teórico-metodológica desempenha papel importante na própria evolução da geografia como ciência e como saber.

Sem pretender apagar os erros, há que se considerar que os avanços foram muitos. A ação do Estado e das forças políticas na organização espacial da sociedade passou a ser desvendado, o conhecimento passou a ter por objetivo, talvez o principal, a compreensão, o equacionamento e a solução das questões sociais, mas o mais importante é que a concepção da cientificidade começou a mudar.

Além da geografia crítica surge ainda a geografia humanística, também inovadora, e a diversidade de discursos e de orientações científicas, aos poucos, é mais aceita. O espaço parece se firmar como o objeto de estudo principal da geografia que, como uma criança que aprende a andar, ainda tem um longo caminho a seguir, pois como destaca Soja (1993 p.95), “[...] as mais importantes geografias pós-modernas ainda estão por serem produzidas.”

REFERÊNCIAS

LACOSTE, Y. A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Trad. M. C. França. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

MALAGODI, E. O que é materialismo dialético. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOREIRA, R. O que é geografia. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POLITZER, G.; BESSE, G.; e CAVEING, M. Princípios fundamentais de filosofia. Trad. J. C. Andrade. São Paulo: Hemus, 1970.

QUAINI, M. A construção da geografia humana. Trad. L. L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Marxismo e geografia. Trad. L.L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SODRÉ, N. W. Introdução à geografia: geografia e ideologia. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.